

ONDE SE (DES)ENCONTRA O SERTÃO?

WHERE (NOT)FINDS THE HINTERLAND?

OÙ (PAS)CONSTATE L'ARRIÈRE-PAYS?

João Ferreira Gomes Neto - Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão - Sergipe - Brasil
 jf-neto@hotmail.com

Resumo

Entender o porquê de existir o sertão é compreender que ele simboliza uma tipologia determinada por projetos externos cuja finalidade é a (re)apropriação das áreas classificadas como tal. Na verdade, o sertão reflete uma ideologia geográfica estabelecida a partir das seguintes propriedades comuns: são regiões de captação de interesses exógenos; são postas como reserva de valor e; são adjetivadas como atrasadas quando comparadas a outras áreas. Essas propriedades produzem representações sociais que relacionam as localidades sertanejas como atrasadas, rurais, isoladas, distantes, diferentes, pouco povoadas e habitadas por povos exóticos. Em suma, definir, delimitar e significar o sertão é uma estratégia atrelada a interesses forasteiros relacionados à volatilidade do capital/trabalho dentro do processo de divisão social e territorial do trabalho e/ou da imposição de um ordenamento/reordenamento de poderes geopolíticos.

Palavras-chave: Divisão social e territorial do trabalho, geopolítica, ideologia geográfica, sertão.

Abstract

Understand why there is the hinterland is to understand that this symbolizes a type determined by external projects whose purpose is to (re)appropriation of the areas classified as such. In fact, the hinterland reflects an ideology geographical established from the following common properties: they are regions of capturing exogenous interests, are made a store of value and, as an adjective are backward compared to other areas. These properties produce representations that relate the hinterland villages as backward, rural, isolated, distant, different, sparsely populated and inhabited by exotic people. In short, defining, delimiting and meaning the hinterland is a strategy geared to outsiders interests related to the volatility of capital/labor in the process of social and territorial division of labor and/or the imposition of an ordering/reordering of geopolitical power.

Key words: Social and territorial division of labor, geopolitics, geographical ideology, hinterland.

Résumé

Comprendre pourquoi il est l'arrière-pays pour comprendre que cela symbolise un type déterminé par des projets externes dont le but est de (ré)appropriation des zones classées comme telles. En fait, l'arrière-pays reflète une idéologie géographiques établies à partir des propriétés communes suivantes: ce sont des régions de capturer des intérêts exogènes, sont fait une réserve de valeur et comme un adjectif sont en retard par rapport à d'autres domaines. Ces propriétés de produire des représentations qui relient les villages arrière-pays vers l'arrière, rurales, isolées, éloignées, différentes, peu peuplée et habitée par des peuples exotiques. En bref, la définition, la délimitation et la moyenne de l'intérieur est une stratégie visant à des intérêts étrangers liés à la volatilité des capitaux et du travail dans le processus de division sociale et territoriale du travail et/ou l'imposition d'une commande/réorganisation du pouvoir géopolitique.

Mots clés: Division sociales et territoriale du travail, géopolitique, idéologie géographiques, l'arrière-pays.

Introdução

A palavra “sertão” tem origem no século XV no período da colonização do Brasil pelos portugueses. O termo fora usado para designar áreas distantes das terras da região agreste mais densamente povoadas e cultivadas (Cunha, 1986). Dessa forma, percebe-se que o sertão corresponde a uma tipologia relativa criada por povos exógenos às áreas classificadas como sertanejas, não se configurando como um atributo natural e/ou social próprio de uma localidade.

Essa classificação, geralmente ligada a aspectos negativos e subalternos, serve principalmente para atender a interesses de domínio e expansão de fluxos econômicos e/ou geopolíticos. Mesmo com diferentes delimitações ao longo da história, a ideologia geográfica do sertão está ligada a alguns traços gerais claramente identificáveis: correspondem a áreas de atração de interesses estrangeiros, são tidas como reservas de valor e são supostamente atrasadas em relação às regiões às quais são comparadas. Essas características reforçam imagens distorcidas dos “outros” em relação ao sertão como área rural, isolada, distante, diferente, pouco habitada e local de moradia de povos estranhos (Moraes, 2002).

Atualmente, a depreciação do chamado sertão se dá a partir da pseudocrítica difundida pelo agronegócio de que o atraso dessa região ocorre por conta das secas e do modelo produtivo arcaico de atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas desenvolvidas pelos sertanejos para reprodução da família. Quando, em essência, corresponde à estratégia capitalista de (re)apropriação dessas áreas a partir de grandes projetos da monocultura de *commodities*, a exemplo da soja na região sudoeste do Piauí e oeste da Bahia, do eucalipto no norte de Minas Gerais e sudoeste baiano e, que tem no programa de transposição do rio São Francisco a possibilidade concreta de sua expansão.

Assim, definir e delimitar o sertão corresponde a um repetido processo histórico cujo passo inicial é seu controle simbólico para futuro domínio e transformação espacial, social e ideológico; em resumo, para o fim do sertão. Para entender a construção/desconstrução/reconstrução do sertão a partir desses propósitos, fundamentamos nosso pensamento em autores que discutem essa categoria na Literatura, como João Guimarães Rosa, e na Geografia, em especial as reflexões feitas por Antônio Carlos Robert de Moraes, em virtude de seu posicionamento crítico-espacial sobre o assunto.

O sertão: uma (des)construção social

O sertão não é uma tipologia definida determinantemente por características naturais e/ou humanas de uma paisagem, é especialmente uma classificação proveniente de um construto social externo às áreas tidas como não sertões.

Para entender o que é o sertão, é fundamental responder à seguinte indagação: o que não é o sertão?

O sertão não é, portanto, uma obra da natureza. Não há um espaço peculiar, cuja naturalidade própria, permita uma tipologização consistente da localização sertaneja [...].

Muito menos, o sertão se qualifica pela intervenção das sociedades sobre a superfície da Terra. Não são as obras decorrentes da ação humana que individualizam tal espaço, dando-lhe uma qualificação própria pelo uso e transformação dos lugares. Não são construções específicas (ou o seu adensamento) que lhe conferem singularidades [...]. O sertão não se constitui, portanto, como uma materialidade criada pelos grupos sociais em suas relações com os lugares terrestres. Ao contrário, a invisibilidade da presença humana é muitas vezes levantada como um traço característico desses espaços, não raro definidos como “vazios demográficos” ou “terras desocupadas”. (Moraes, 2002, p. 11-12)

Desse modo, o sertão não é nem um resultado da natureza, nem da produção espacial de processos sociais, logo, empiricamente não se constitui um objeto de estudo da geografia tradicional de base positivista, uma vez que sua delimitação concreta não existe. Porém, ele frequentemente foi estudado por essa escola a partir de uma análise descritiva cujo objetivo principal era gerar conhecimento de sua área para atender a interesses de projetos exógenos sob o argumento de que o sertão é um espaço cuja ocupação humana é ínfima e as relações de produção são arcaicas.

Conforme Moraes (2002), para estudar o denominado sertão é necessária uma cisão com as ideias de que ele corresponde a um recorte telúrico como apontado pela geografia clássica, e se aproximar da concepção de Guimarães Rosa em seu livro *Grande Sertão: Veredas*:

E o tempo que, tentando fechar-se, se abre, corresponde a um espaço que o autor [Guimarães Rosa] tenta ainda acabar e abraçar dentro de uma definição, mas que parece, pelo contrário, fugir a qualquer lo-

calização: ‘o sertão está em toda a parte’ – o que quer dizer, também que ele está inteiro em cada sua parte, tornando inútil a partição, o próprio ato de traçar os confins [...]. (Finazzi-Agrò, 2001, p. 76)

Do ponto de vista rosiano, o sertão não é um lugar concreto, mas um lugar em outros lugares:

É esta, para ele, a fundamental ‘atopia do moderno’, ou seja, a condição de ser e de pensar (d)a modernidade; e é ainda esta, a meu ver, a dimensão na qual se coloca e nos coloca Guimarães Rosa, enraizando os seus personagens – e a escrita que os cria, e a palavra que os conta – numa ausência de lugar em que, no entanto, é possível ler a essência dos lugares: em que mais claramente, sendo ela própria um Limite, é possível entrever os limites que fazem o sentido do espaço dentro do espaço. Por isso, a região rosiana, o seu (nosso) ‘Grande sertão’, não é uma região, não é o sertão real, mas é o único lugar em que podemos surpreender a realidade do lugar-sertão no seu recolher-se/divulgar-se em relação aos outros lugares: localidade que confina com a globalidade e que nela se espelha e se espalha. (Finazzi-Agrò, 2001, p. 96)

Nesse sentido, o sertão é uma qualidade/defeito atribuída a vários e diferentes lugares ao longo da história, em suma, é uma ideologia geográfica cuja adjetivação sertaneja implica uma forma inicial de dominação simbólica de um dado lugar para futura apropriação ou reapropriação real.

Apesar da diversidade de áreas rotuladas como sertão ao longo da história, segundo Moraes (2002, p. 14), é possível identificar propriedades comuns referentes às representações de tal denominação. A primeira corresponde à projeção futura de valorização desses espaços com arranjos diferentes aos dos momentos da ação: “nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens”.

A segunda é ter a imagem do sertão como objeto de movimentos expansionistas de caráter econômico e/ou de poder político, portanto, como reserva territorial para produção/reprodução de planos de grupos sociais específicos:

No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. Nesse sentido, trata-se de um qualificativo que induz um novo processo de dominação territorial sobre os espaços enfocados, isto é, que introduz um novo surto de do-

minação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta. (Moraes, 2002, p. 14)

O terceiro traço geral corresponde a uma visão dual concebida nos discursos sobre o sertão, em que para esse existir é necessária também a existência do não sertão como seu contraponto, sua assimetria direta. O primeiro seria o atrasado, o arcaico, e deve acompanhar o mesmo ritmo de “desenvolvimento” da região “moderna” à qual é comparado. Nesse sentido, novamente Guimarães Rosa faz uma ímpar leitura de totalidade desse processo:

[...] porque nela [na sua obra *Grande Sertão: Veredas*] havia que se refletir, num tempo único, tempos diferentes – para ser mais claro, o tempo acelerado da cidade e o tempo parado do sertão, o avanço da civilização e o atraso de uma dimensão primitiva, projeção da cultura e a regressão da ignorância. Somente nessa solução que não (se) resolve, de fato, [...] podia encontrar a sua grande metáfora geográfica: num *Grande sertão* em que, com efeito, convivem e se misturam o moderno e o arcaico, a exatidão da ciência e a superstição da magia, o amor pela precisão e a paixão pelo indistinto. (Finazzi-Agrò, 2001, p. 79; grifos do autor)

Dessa forma, percebe-se que a relação entre o “arcaico” e o “moderno”, entre o sertão e o não sertão, representa a contradição da negação-afirmação de determinados lugares para sua (re)apropriação social, espacial e ideológica.

Todas essas características que (des)qualificam as (re)criadas localidades sertanejas no Brasil se verificam atualmente nos “modernos” projetos da monocultura de *commodities* para essas áreas, cujo ápice será possibilitado pela execução do programa de transposição do rio São Francisco, o que fornecerá as bases materiais para a expansão ainda maior nessa região de plantios para exportação e/ou abastecimento industrial como as já existentes da soja no sudoeste do Piauí e oeste da Bahia, do eucalipto no norte de Minas Gerais e sudoeste baiano, dentre outras.

Assim, o sertão é sempre o espaço-alvo de propósitos estrangeiros, por isso a sua classificação, seja a partir de uma visão positiva ou negativa, implica necessariamente a transformação da condição sertaneja. Conhecer descritivamente e difundir informações sobre certo lugar desconhecido, assim como fez/faz a geografia tradicional de fundamentação positivista, seria o início do fim do sertão.

Principalmente ao último predicado comum referente à ideologia geográfica da localidade sertaneja, são atribuídas imagens a ela relacionadas como um ambiente rural, isolado, distante e diferente paisagística e culturalmente. Trata-se de juízos de valor extremamente relativos muito bem captados e contra-argumentados por Guimarães Rosa (1984, p. 7-8) na seguinte passagem:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situação sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucuia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte.

Além desses, o sertão também é definido como o *habitat* de povos exóticos de raça distinta das dos tipos nacionais (Todorov, 1993).

O sertão corresponderia basicamente a áreas de fronteira da expansão territorial do Brasil em cada período histórico, ou seja, àqueles locais de povoamento escasso e transitório; zonas de frágil domínio estatal; regiões de estagnação ou decadência econômica, compostas de cidades abandonadas e/ou fazendas arruinadas marcadas por atividades de extrativismo, agricultura e pecuária camponesa. Com a globalização, corresponderia às localidades ainda não integradas à rede de fluxos de trocas comerciais internacionais ou às reservas de recursos naturais e da biodiversidade. Nas palavras de Moraes (2002, p. 20):

O sertão se repõe, assim, como uma espécie de pecado original do berço colonial de nossa formação, sofrendo requalificações a cada época e recebendo atribuições e qualificações próprias aos interesses em pauta a cada onda de ajustes dos espaços periféricos.

Destarte, a classificação do que é o sertão se dá a partir de interesses exógenos, fortemente vinculados ao processo de mobilidade do capital/trabalho na busca incessante de sua produção/reprodução/reprodução ampliada e/ou da imposição e expansão de um poder geopolítico.

Considerações finais

Classificar o sertão tem por objetivo incorporar um fundo territorial de reserva a uma lógica expansionista de interesses previamente definidos a partir do próprio discurso simbólico da adjetivação. A definição, delimitação, sentido e significado da localidade sertaneja está imbricada nas reestruturações dos novos/velhos interesses do centro qualificador para esses lugares.

“Descobrir” o sertão, sob o aspecto natural e/ou social, é fundamentalmente o princípio de suplantar a condição sertaneja, seja sob o argumento povoador, civilizador ou modernizador. É, nesse sentido, a transformação do rural, do interior seco, da roça, da “caatinga”, do “bugre”, do caboclo, do caipira, do quilombola, do ribeirinho, do caiçara etc. em uma caricatura adequada e funcional aos interesses forasteiros. Portanto, a construção/desconstrução/reconstrução do sertão é um dos produtos/condição da própria divisão social e territorial do trabalho.

Referências

- CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *Um lugar do tamanho do mundo: tempos e espaços da ficção em João Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. O sertão: um “outro” geográfico. *TERRA BRASILIS – Revista de história de pensamento geográfico no Brasil* Anos III-IV, n. 4-5, Território, 2002-2003 Rio de Janeiro, p. 11-23.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

João Ferreira Gomes Neto - Mestrando do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Possui especialização em Análise do Espaço Geográfico pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Recebido para publicação em dezembro de 2010

Aceito para publicação em maio de 2011